

O espaço da bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros

“Corre no leito do mais próximo valle ao sul da villa uma ribeira, que vae tomando os nomes dos sítios por onde passa até ao Architecto, em que desagua no rio do Porto que vem a ser o prolongamento do de Chileiros”

Estácio da Veiga, 1879, p.109

1. Portugal Litoral Médio, Baixa Estremadura, Península de Lisboa: os contornos físicos e culturais

A utilização de áreas regionais a que se atribui coerência cultural e dinâmica própria tem sido sobretudo equacionada segundo as regiões definidas pela Geografia Física e Humana. É duvidosa a absoluta “personalidade geográfica e cultural” de algumas destas áreas, quando as confrontamos com pequenas escalas de análise, identificáveis em trabalhos tão diversos como os desenvolvidos em Reguengos de Monsaraz, Serra d’Ossa ou Planalto Mirandês (citando exemplos que cruzam o actual território português).

Devemos também questionar a coerência transtemporal das grandes unidades regionais que têm um significado marcadamente histórico-cultural, muito embora apelidadas de designações geográficas vulgarizadas no vocabulário arqueológico. Para o Ocidente Peninsular, e na cronologia em estudo, tem sido proposta a existência de várias áreas regionais, a partir de critérios que seguem a regionalização clássica do actual território português (Alentejo e Algarve, Estremadura, Centro-Norte/Beiras, Norte em Susana Oliveira Jorge, 1990) ou designações com uma maior conotação geográfica (Algarve, bacia do Tejo/Sado/Guadiana, Penínsulas de Lisboa e Setúbal segundo Victor Gonçalves, 1995).

O vasto espaço do Portugal Meridional, definido por Orlando Ribeiro a partir dos planinos da Cordilheira central, no interior, e do cabo Mondego, no litoral (Ribeiro, 1987; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991) tem sido constantemente referido como Centro e Sul de Portugal. Esta unidade compreende realidades regionais definidas não somente por critérios geográficos mas também pela investigação arqueológica aí desenvolvida.

Vulgarizaram-se no vocabulário arqueológico expressões como Estremadura portuguesa, Península de Lisboa, Baixa Estremadura, Estremadura Atlântica (só para referir a área em estudo). Estas designações têm por base critérios geográficos e cedo lhes foi associado um conteúdo cultural e uma individualidade dentro do espaço do Centro e Sul de Portugal. Não me atrevendo a uma caracterização mais aprofundada no que respeita aos contornos físicos, será importante integrar a área da Ribeira de Cheleiros em escalas de análise sucessivamente mais aproximadas: Centro e Sul de Portugal, Portugal Litoral Médio, Península de Lisboa, plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra para finalmente compreender o posicionamento da área escolhida e tentar indagar a representatividade da opção efectuada no quadro da geografia física e humana do IV e III milénio a.C.

O espaço da Ribeira de Cheleiros integra-se na área que já foi definida como Portugal Litoral Médio (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987, p. 155-157). Esta área engloba a área Norte do Rio Mondego (entre o litoral e Coimbra, Condeixa, Pombal, Nazaré) e a área Centro Litoral que corresponde à maior parte da província da Estremadura. A Estremadura apresenta-se como uma faixa estreita e alongada que engloba paisagens físicas e humanas bem diferenciadas.

Deve-se salientar a individualidade geográfica (e cultural) da área do Maciço Calcário Estremenho, “área calcária situada aproximadamente entre Leiria, Vila Nova de Ourém e Rio Maior (...) define-se, em linhas gerais, por dois extensos blocos separados por um acidente transversal de direcção NW-SE, ao longo do qual se desenvolvem as depressões de Minde e Alvados. A Nordeste temos o Planalto de S. Mamede com o anticlinal de Aire e, a Sudoeste, o Planalto de S. António, separado da Serra dos Candeeiros pelo acidente diapí-

rico de Fonte da Bica - Porto de Mós” (Teles, 1993, p. 347) sendo a última elevação desta unidade a Serra de Montejunto (Launtensach, 1991, p. 157).

A Baixa Estremadura corresponde *grosso modo* à extremidade sul desta faixa cujos limites Sul passam pela foz do Tejo (e Sado) e pela Serra da Arrábida, os limites Leste pela área do estuário do Tejo, e os limites Norte são marcados pela elevação de Montejunto. No presente trabalho será particularmente privilegiado o estudo da Península de Lisboa.

Parece individualizável a plataforma litoral que tem a Sul a Serra de Sintra, verdadeira montanha que domina paisagisticamente ambas as vertentes e que se constituiu como “termo meridional do comprido litoral regularizado” (Daveau, 1993, p. 24). A Leste e Norte o alinhamento montanhoso constituído pela Serra de Candeeiros, pela Serra de Montejunto até à Serra da Carregueira (Azevedo, Freitas e Figueiras, 1992, p. 2) funciona como separador de duas realidades bem diferenciadas: a do Maciço Calcário e a da Baixa Estremadura.

A faixa estreita e alongada entre as planícies aluviais do Tejo e o Oceano Atlântico teria um acentuado aspecto peninsular aquando da transgressão flandriana em que o nível médio do mar seria superior em 5 km ao actual nível.

A costa entre Peniche e a Serra de Sintra corresponde fundamentalmente a uma plataforma rochosa de abrasão, com falésias bem marcadas e de feição regularizada, mas com várias baías naturais que permitiriam a navegação costeira.

Cruzada por pequenos cursos de água subsidiários do estuário do Tejo como Rio Maior, Ribeira da Ota, Rio Trancão, Rio Jamor; e por ribeiras que desembocam directamente no Atlântico como Rio Alcabrichel, Rio Sizandro, Ribeira do Safarujó, Ribeira de Cheleiros e Ribeira de Colares; a Península de Lisboa teria decerto uma rede hidrográfica bastante complexa com embocaduras (porventura) mais amplas e numerosas, contribuindo para a produtividade agrícola da área e facilitando eventuais comunicações entre o espaço da Península de Lisboa e com áreas envolventes. Falta ainda concretizar o estudo da evolução recente do litoral (em particular na área a Sul de Peniche onde ainda se conservam paleossolos) condição essencial para compreender “tanto as raízes históricas ou pré-históricas, como a evolução moderna da organização humana das regiões às quais os baixos vales servem ou serviam de eixo” (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987, p. 102).

A rede hidrográfica que se encontra a Ribeira de Cheleiros apresenta uma relativa coerência: orientação geral Sudeste-Noroeste, fundos planos e largos no sector terminal, curso geral condicionado pela rede densa de fracturas (como sucede na Ribeira do Falcão) (Dias, 1980, p. 15).

O espaço da Península de Lisboa é marcado pela diversidade de paisagens: estruturas anticlinais com orientação NN-Sudeste, planaltos calcários de uma plataforma litoral arrasada com vales encaixados na área de Lisboa apenas interrompidos pela Serra de Sintra e as vastas planícies inundadas do vale do Tejo.

Também em termos geológicos esta área apresenta grande variedade, sendo fundamentalmente constituída por formações cretácicas e jurássicas com grandes áreas de margas e calcários pontuadas com formações basálticas, alternando rochas com dureza, permeabilidade e plasticidade muito distintas (Zêzere, 1991). A natureza calcária de grande parte da Baixa Estremadura condiciona a existência de cavidades cársticas, muitas das quais utilizadas em tempos pré-históricos.

A importância relativa do substrato geológico para o povoamento humano deve ser compreendida como condicionante do relevo, do coberto vegetal e como recurso natural. Orlando Ribeiro evidenciou a forte diversidade geológica desta área (Ribeiro, 1987) que inclui zonas calcárias, aluvionares, irrupções do maciço vulcânico de Lisboa e o maciço granítico de Sintra.

Actualmente esta área tem grande produtividade agrícola. A intensa actividade humana na área impede que se tenham considerações mais específicas acerca da capacidade de uso dos solos, também não está disponível uma base cartográfica com escala adequada para uma leitura geral.

Com especificidades geográficas, a península de Lisboa (e a de Setúbal) assume uma importância fulcral para a compreensão global das comunidades do IV e III milénio a.C. na rota das influências atlânticas e mediterrâneas, surge aqui um conjunto individualizável pela sua cronologia, estratégia de povoamento, conteúdo artefactual, significações culturais e sociais consubstanciando uma identidade cultural notável.

Não podemos ainda avaliar os verdadeiros contornos da homogeneidade deste conjunto, já que os dados se apresentam, logo à partida, truncados. Como se pode avaliar pelos títulos seleccionados, uma extensa e antiga bibliografia remete-nos para um denso povoamento da área nos finais do IV milénio e ao longo do III milénio.

2. Do espaço da península de Lisboa ao espaço da área da Ribeira de Cheleiros: algumas justificações e muitas interrogações

A profusão de povoados e necrópoles no IV e III milénio a.C. na Península de Lisboa parece ofuscar possíveis leituras de ocupação de espaço. Muito embora esta área tenha uma longa história de investigações, acompanhando a própria história da arqueologia pré-histórica em Portugal, a herança dessa investigação centenária traduz-se numa enorme massa documental que se encontra maioritariamente truncada para uma abordagem que transcenda uma descrição artefactual. As muitas investigações iniciadas desde o último quartel do século XIX contrastam com a escassez de novos projectos para os anos 90.

A informação disponível inclui inúmeros sítios arqueológicos que se tornaram em paradigmas da pré-história portuguesa mas que quase nunca foram enquadrados devidamente, perpetuando estereótipos sequenciais baseados quase exclusivamente na cultura material. As sínteses possíveis dificilmente podem escapar a leituras genéricas e uniformizadoras, reduzindo a diversidade de estratégias de ocupação do espaço a uma malha de povoamento padronizada.

Repensar criticamente esta informação implica por isso reconhecer que para a Península de Lisboa os dados se encontram definitivamente condicionados por factores vários, tornando problemática a sempre frágil imagem fornecida pelos mapas de distribuição, como forma de compreensão do Neolítico final/Calcolítico na Península de Lisboa.

A leitura desses mapas de distribuição apresenta vazios que podem não ter outro significado que a própria história da investigação. Cedo se evidenciaram áreas privilegiadas para a arqueologia pré-histórica portuguesa (como Sintra/Cascais e o Sizandro) e outras sem qualquer investigação consequente, como sucede na área Norte da Ribeira de Cheleiros.

Além da desigualdade das áreas estudadas, a natureza dos sítios investigados é também pouco abrangente. As grutas artificiais, monumentos megalíticos, cavidades

naturais foram precocemente investigados, sendo raras as investigações sistemáticas em tempos modernos e limitadas as abordagens das colecções de materiais. Apesar da abundância de povoados (fortificados ou não) foram muito poucos os sítios sujeitos a um estudo sistemático e sua publicação. Praticamente apenas o Zambujal e Liceia (e Vila Nova de S. Pedro) foram suficientemente escavados e ainda assim não completamente compreendidos e publicados. Quanto aos povoados abertos, a Parede continua a ser uma excepção.

O enunciar dos obstáculos inerentes a qualquer investigação para o Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa não é uma mera introdução pessimista, já que molda os rumos da investigação possível. Um projecto de estudo para esta área deve por isso retomar as pistas das antigas investigações e, paralelamente, encontrar novos rumos (novas leituras dos antigos dados e novos dados para leituras modernas). A imensidão desta tarefa levou-me a optar por definir uma escala de análise mais reduzida, que permitisse identificar as várias modalidades de ocupação do espaço numa cronologia relativamente alargada, desde o que se convencionou chamar de Neolítico final até momentos terminais do Calcolítico. Esta opção por um vale fluvial não é de forma alguma uma novidade, tal tem sido ensaiada e sucintamente publicada no vale do Sizandro (Kunst e Trindade, 1991) e na área de Loures (Santos, 1993).

Optar por efectuar apenas um estudo global da Península de Lisboa inviabilizaria a percepção das dinâmicas de povoamento na escala mais reduzida que parece propiciar a identificação de especificidades inter-regionais.

As contingências da investigação e da massa documental levantada tem ainda um outro condicionalismo óbvio: a coincidência histórica da escolha da Península de Lisboa como espaço apetecível para a fixação de comunidades humanas. A expansão urbana de Lisboa e das áreas limítrofes condicionou a investigação realizada e de certo impedirá a prossecução de algumas leituras, definitivamente perdidas. Tal é o caso, por exemplo, de povoados da área da cidade de Lisboa, insuficientemente conhecidos.

Esta forte acção humana, para além de ter feito constranger definitivamente o tipo de abordagens possíveis, também cedo suscitou a identificação de muitos sítios arqueológicos, sobretudo necrópoles. É o caso das grutas artificiais, apenas detectáveis na remoção de terras e por vezes tardiamente identificadas (como sucede na Folha das Barradas, na área da Ribeira de Cheleiros), dos *tholoi* (confronte-se o exemplo do vale do Sizandro, área fortemente rural e de intensa ocupação, onde praticamente todos os monumentos funerários foram identificados desta forma) e de alguns povoados abertos.

3. Caracterização da área

3.1 Entre o Sizandro e Sintra/Cascais: terra de ninguém?

Apesar da forte utilização rural, o concelho de Mafra conserva, por ora, muitas áreas onde não é detectável actualmente qualquer traço arqueológico mas onde poderá ter existido antiga ocupação humana. Simultaneamente, a ausência de qualquer programa de investigação arqueológica ou pelo menos de acompanhamento do crescimento rural e urbano, tem propiciado decerto a desaparecimento de inúmeros sítios arqueológicos. Foi o que

sucedeu em Casas Velhas (construção de uma habitação) e em parte com o Penedo do Lexim (trabalhos de uma pedreira).

Podemos identificar a existência de áreas privilegiadas de investigação: por um lado, Cascais e Sintra têm antiga e persistente tradição de investigação arqueológica, estimulada sem dúvida pela proximidade de Lisboa e correspondendo sobretudo aos estudos da escola dos Serviços Geológicos. Por outro lado, Torres Vedras, embora esteja bem mais afastado da capital que o concelho de Mafra, viu convergir a oportunidade da presença de um arqueólogo local como Leonel Trindade e a constante passagem de outros investigadores, fundamentalmente pertencentes ao Instituto Arqueológico Alemão e aos Serviços Geológicos, atraídos pela actividade deste.

A imagem incompleta dos sítios arqueológicos na área do concelho de Mafra é indubitavelmente um reflexo da natureza da investigação arqueológica que aqui se (não) vem efectuando contrastando fortemente com o que se passa na margem esquerda da Ribeira de Cheleiros, no actual concelho de Sintra onde têm sido identificados e escavados um número considerável de sítios arqueológicos integráveis no IV e III milénio a.C. Ao invés, na margem direita (actual concelho de Mafra) onde desde 1879, data da publicação da obra *Antiguidades de Mafra* por Estácio da Veiga, têm sido muito reduzidas as intervenções arqueológicas.

A heterogeneidade da informação disponível só pode ser superada através de uma investigação concertada, incluindo prospecções em áreas onde não se conhece qualquer tipo de ocupação pré-histórica e o confronto de pistas fornecidas pela bibliografia, toponímia, tradições populares.

A eventual existência de *ruídos* de leitura que condicionem a imagem da ocupação humana nesta área apenas será confirmada quando se compreender a ocupação histórica destes terrenos e as suas características geomorfológicas (Allen, 1991).

A individualidade histórica é um dos indícios da especificidade do vale de Cheleiros, transcendendo em muito as fronteiras concelhias, e assumindo um papel de fronteira e pólo de povoamento da região Mafra - Sintra.

As mais antigas ocupações da Ribeira de Cheleiros remontam ao Paleolítico, com um conjunto de sítios na margem esquerda (Zbyszewski e Cardoso, 1978) e do Paleolítico Médio na sua margem direita (área vizinha de Negrais por exemplo). As evidências do Epipaleolítico/Mesolítico reportam-se aos concheiros junto à foz do Falcão e os do Magoito (Arnaud, 1987) sendo também de referir os níveis epipaleolíticos em plena Serra de Sintra, na Penha Verde. Os primeiros momentos do Neolítico começam a ser agora identificados para esta área: a ocupação na Serra (Simões, no prelo), o concheiro de S. Julião na foz do Falcão (Mafra) e também em sítios com uma longa história de ocupação como Negrais e Oelas onde terá existido um momento mais antigo de ocupação. No presente trabalho irei cingir-me ao Neolítico final-Calcolítico sendo por vezes difícil a distinção de contextos e artefactos com um Neolítico mais antigo.

A coerência histórica da área de Cheleiros é também atestada pelo facto de se constituir como um concelho autónomo até 1855, sendo inclusivamente referida no primeiro recenseamento conhecido para a área saloia em 1527 (Freire, 1908).

No espaço do actual concelho de Mafra, "Chileiros" é uma das poucas povoações que possuíram foral (juntamente com Mafra e Ericeira), constituindo-se como vila em 1195, mais tarde confirmada em 1309 por D. Diniz e alterado em 1516 por D. Manuel.

O facto de a Ribeira de Cheleiros constituir uma fronteira entre os concelhos de Mafra e Sintra é representativo dos possíveis significados paisagísticos e territoriais que esta

ribeira foi assumindo ao longo dos tempos. Poucos anos antes do primeiro foral de Cheleiros, já o texto do foral de Sintra (1154) delimitava o território para “lavar e plantar” desde o Castelo dos Mouros até Cheleiros (ultrapassando a ribeira).

3.2 As paisagens do Rio Lisandro/Ribeira de Cheleiros

3.2.1 A bacia hidrográfica

O Rio Lisandro/Ribeira de Cheleiros é um dos muitos rios costeiros que configuram a paisagem litoral da Península de Lisboa.

Para conhecer devidamente o cenário escolhido é necessário caracterizar sucintamente a Ribeira que confere unidade à área em estudo.

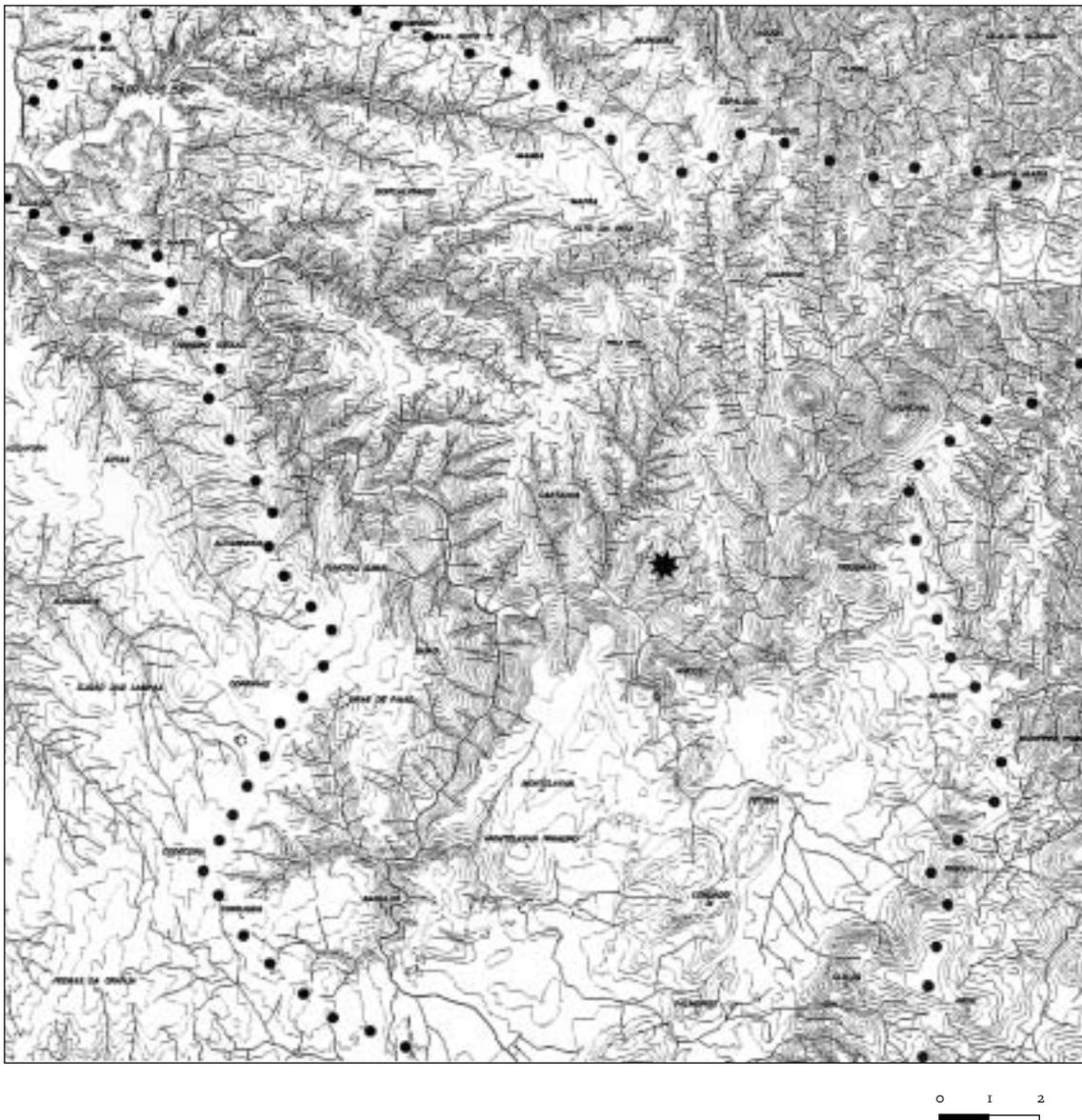


FIG. 3 – A bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros: linhas de fecho.

- *padrão de desenvolvimento* - dendrítico de acordo com a variabilidade do substrato rochoso;

- *área total* - a bacia hidrográfica de Cheleiros/Lisandro tem uma área de 187 km².

- *afluentes* - se os nomes dos cursos de água têm uma origem que pode ser por vezes milenar outras resultado de ordenamentos territoriais recentes, a profusão de designações desta bacia hidrográfica é equivalente ao volume da bacia de drenagem da Ribeira de Cheleiros em tantos ramos e pequenas linhas de água. Começando por Rio Lisandro (ou Ribeira do Porto) na sua área vestibular, onde ainda se conserva um caudal significativo, este curso de água transforma-se numa Ribeira de Cheleiros com muitas linhas subsidiárias, actualmente com um caudal reduzido mas que teria sem dúvida correspondido a um curso de água navegável em tempos históricos (Ribeiro, 1982-83) e que suscitou a construção de várias pontes. Esta profusão de linhas de água subsidiárias é contrastante com os demais cursos de água da plataforma litoral a Norte de Sintra, de menor desenvolvimento (comprimento e bacia de drenagem) (Dias, 1980). A bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros tem um vasto desenvolvimento em cursos de água relativamente importantes (como Ribeira da Vidigueira, Rio Pequeno, Ribeira de Muchalforro, Ribeira da Laje, Ribeira do Casal Novo; Ribeira da Cabrela, Ribeira da Mata Grande, Ribeira de Mourão, Ribeira da Carrasqueira) assim como pequenas linhas de água (Ribeira da Atravessada, Fonte das Casas Velhas, Ribeira do Coxo, Ribeira da Borracheira, Regueiro da Serra, Ribeira de Figueira, Ribeira da Godigana, Ribeira de Adrião). Segundo estudos geomorfológicos de Suzanne Daveau, alguns destes pequenos afluentes (na área terminal do Rio Lisandro) derivariam de um curso antigo, agora evidenciado pelas planícies colmatadas e vestígios de meandros abandonados (Daveau, 1973);

- a *foz* do Rio Lisandro integra elementos de praias elevadas a cerca de 100 m de altitude e plataformas de interflúvio dominam actualmente a área vestibular;

- grande *densidade* de linhas de água e nascentes na área;

- o *tipo de canal* da Ribeira de Cheleiros é fundamentalmente rectilíneo;

- o *encaixe* - vales fortemente encaixados em V sobre a plataforma de abrasão marinha pliocénica ao Norte do Maciço de Sintra de tal forma que ainda hoje são reduzidos os locais de transposição deste curso de água: Sr.^a do Ó (junto à Foz), Carvalhal (num ponto médio) e Cheleiros (num ponto terminal);

- a *forma/orientação* - Plataforma com uma inclinação Este-Sudoeste, cortando transversalmente a plataforma litoral a Norte de Sintra.

3.2.2 A configuração do relevo e a geologia

O horizonte da bacia da Ribeira de Cheleiros é marcado ao Sul pelo recorte da Serra de Sintra, envolvendo um complexo de plataformas onduladas, pontuadas por algumas colinas importantes integráveis no complexo vulcânico de Lisboa (Mafra). O Penedo do Lexim, o cabeço dos Cartaxos, o cabeço de Alcainça e a Serra do Funchal são algumas das intrusões vulcânicas que configuram esta área. Além destas elevações, deve-se destacar a preponderância de pequenas elevações (não mais de 200 m) sobre os interflúvios, tais como Odrinhas, Faião, Casas Velhas.

É bastante claro que a bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros integra áreas morfológicamente diferentes, dentro do mosaico morfológico da Península de Lisboa.

Se a margem esquerda deste curso de água corresponde à continuação de uma plataforma litoral definida desde a Serra de Sintra, com coerência geomorfológica (planaltos abradados, áreas calcárias e areníticas) e até de ocupação do solo (por exemplo nas pedreiras de

Pero Pinheiro, unicamente localizadas nesta margem da Ribeira), a margem direita corresponde a uma área de relevo muito mais agitado com inúmeras intrusões do Maciço Vulcânico de Lisboa de ocupação actual fortemente rural. O Penedo do Lexim, Serra do Socorro, Cabeço de Alcainça são algumas das colinas vulcânicas que marcam esta paisagem e onde se conhece uma ocupação pré-histórica e proto-histórica. Dever-se-á salientar que os solos derivados do complexo vulcânico de Lisboa-Mafra/complexo basáltico de Lisboa têm elevado grau de aptidão para as actividades rurais, no que poderia ter funcionado como factor atractivo para a fixação de comunidades agrícolas.

Os entalhes vigorosos das áreas imediatamente a Norte de Lisandro/Cheleiros (desde o Sul do Rio Sizandro até à Ribeira d'Ilhas) contrastam fortemente com a plataforma de grande visibilidade a Sul.

Igual contraste poderá ser identificado entre a plataforma litoral oceânica da Península de Lisboa e as áreas subsidiárias do Estuário do Tejo. O limite Este do desenvolvimento da Ribeira de Cheleiros aproxima-se muito do limite Oeste do rio Trancão, isto é verificável não somente na extensão das linhas de água mas também pela observação directa. A Este da área da Ribeira de Cheleiros encontramos uma verdadeira compartimentação de relevo que é a Serra da Malveira (também correspondendo a intrusões do Complexo Vulcânico de Lisboa - Mafra) área onde não se conhece qualquer ocupação pré-histórica. A ligação entre espaços eminentemente oceânicos com as áreas do estuário do Tejo também é evidenciada noutros cursos de água, como no Rio Sizandro.

A própria dualidade entre o povoamento mais directamente relacionável com um litoral oceânico (como sucede em Casas Velhas que se encontra sobre a foz do Rio Lisandro e em Pedranta e Casal de Pianos no troço terminal da Ribeira da Samarra) e aquele que actualmente parece ser mais interior (como em Negrais ou em Olelas) pode não ter sido contraditória, como testemunha a fauna malacológica recolhida no Penedo do Lexim, actualmente a mais de 10 km do mar ou Olelas a mais de 20 km. As áreas medianas e terminais da Ribeira de Cheleiros são aquelas que apresentam maior densidade de sítios arqueológicos ocupando um posicionamento menos exposto ao oceano mas podendo captar os recursos por este propiciado, face a um povoamento litoral mais evidente em áreas a Sudoeste, como o que sucede perto da Ribeira da Samarra em Pedranta, Samarra e Pianos numa provável cronologia do Neolítico Final e Calcolítico Final no último destes sítios.

4. O espaço actual e os antigos espaços: as leituras possíveis

A reconstituição dos diversos cenários naturais que rodearam as comunidades humanas e as formas específicas de como essa relação com os espaços se processava parece perpetuar-se como uma necessidade futura sempre adiada e dependente das contingências de uma investigação transdisciplinar.

Para a área da Península de Lisboa, possuímos apenas algumas pistas provenientes de estudos muito circunscritos, que podem conduzir a generalizações apressadas:

- a cartografia disponibilizada por alguns estudos geomorfológicos efectuados na plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra (Azevedo, Freitas e Figueira, 1992; Daveau,

Pereira e Zbyszewski, 1982; Dias, 1980; Ferreira, Zêzere e Rodrigues, 1987, Pereira e Correia, 1985; Zêzere, 1988);

- estudos faunísticos apenas disponíveis para o Zambujal e para o Penedo do Lexim, ambos publicados em alemão (Von den Driesh e Boessneck, 1976; Von den Driesh e Richter, 1976) e nas referências sumárias de algumas presenças (Liceia, Olelas por exemplo);
- sondagens efectuadas na área do Sizandro (Hoffman, 1987, 1990);
- indicadores indirectos de contextos arqueológicos cruzando com os dados publicados para a área da Península de Lisboa;
- fontes históricas que devem ser utilizadas com alguma prudência, particularmente no que diz respeito à cartografia antiga “além de verdadeiros erros, eles exageram sempre as reentrâncias do litoral, para frisar a importância que estas têm para a navegação” (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987, p. 101).

Em termos paleoambientais, o espaço da Península de Lisboa no 3º milénio seria provavelmente marcado por um clima mais húmido e mais quente que o actual, constituindo áreas florestais de alguma importância e simultaneamente espaços abertos nas zonas de altura de acordo com os dados obtidos para a área do Sizandro (Driesh e Boessneck, 1976) e para a área de Barcarena (Cardoso, 1995, p. 119), com uma posição geográfica comparável à área da Ribeira de Cheleiros.

A reconstrução da história da paisagem no Sizandro passou pela realização de sondagens na área da Ribeira de Pedrulhos (Hoffman, 1987, 1990), pelo estudo das faunas recolhidas (Driesh e Boessneck, 1976) e pela reconstituição da cobertura vegetal. Estes dados evidenciam forte acção antrópica na paisagem: predominaria então uma floresta de *Quercus* nas encostas e outras árvores como o freixo, o choupo e o medronheiro localizar-se-iam junto aos cursos de água. A presença de aves de grande porte indica que as alturas teriam menor coberto vegetal e a existência de espaços abertos onde poderiam pastar ovinos e caprinos. Semelhante imagem parece indicar o povoado de Liceia, não estando publicado qualquer elemento faunístico e palinológico, alguns dados têm sido referidos muito superficialmente (Cardoso, 1995).

A publicação de uma primeira abordagem às alterações produzidas pela transgressão flandriana (Daveau, 1980) e dos consequentes impactos nas modalidades de ocupação humana (quer nas comunidades mesolíticas quer nos grupos agro-metalurgistas) veio valorizar o conhecimento das alterações da linha de costa oceânicas e estuarinas como importante base de estudo para estas comunidades (Gonçalves, V. e Daveau, 1982-83; Hoffman, 1990; Kunst, 1990; Senna Martinez, 1990; Silva [et al.], 1986). Ficou então sublinhada a importância da reconstituição paleogeográfica das áreas litorais e entendido que em 5000 BP a Baixa Estremadura seria ainda mais recortadamente peninsular: através da extensa penetração do Rio Tejo e dos seus afluentes da margem esquerda, fazendo directamente frente ao atlântico (Daveau, 1994) e através das pequenas ribeiras costeiras que então estariam inundadas pelo Oceano Atlântico.

Apesar de começarmos a conhecer uma imagem geral do litoral flandriano da Península de Lisboa é ainda necessário identificar os ritmos próprios e a especificidade de cada vale vestibular através “do estudo sedimentológico, pedológico, arqueológico, florístico e faunístico dos aluviões conservados” (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1990, p. 266).

Os trabalhos geoarqueológicos empreendidos no Sizandro, um pequeno rio costeiro de alguma forma comparável ao Lisandro, evidenciaram que “el valle de Rio Sizandro habia sido una bahia marítima del Oceano Atlântico” (Hoffman e Schulz, 1994). Foi efectuado um conjunto de 12 perfurações de 11.60 m para as quais foi possível obter datações absolutas sobre conchas e sedimentos marinhos.

Assim o povoado fortificado do Zambujal estaria situado apenas a 1 km do mar conciliando recursos oceânicos com recursos fluviais e agrícolas num cenário bem diverso do actual e que tem vindo a ser extrapolado para outros povoados fortificados da Península de Lisboa como “implantação - tipo”.

Para a área em estudo, cedo se identificaram as alterações morfológicas (Ribeiro, 1968), mais tarde caracterizando a individualidade da plataforma litoral a Norte de Sintra

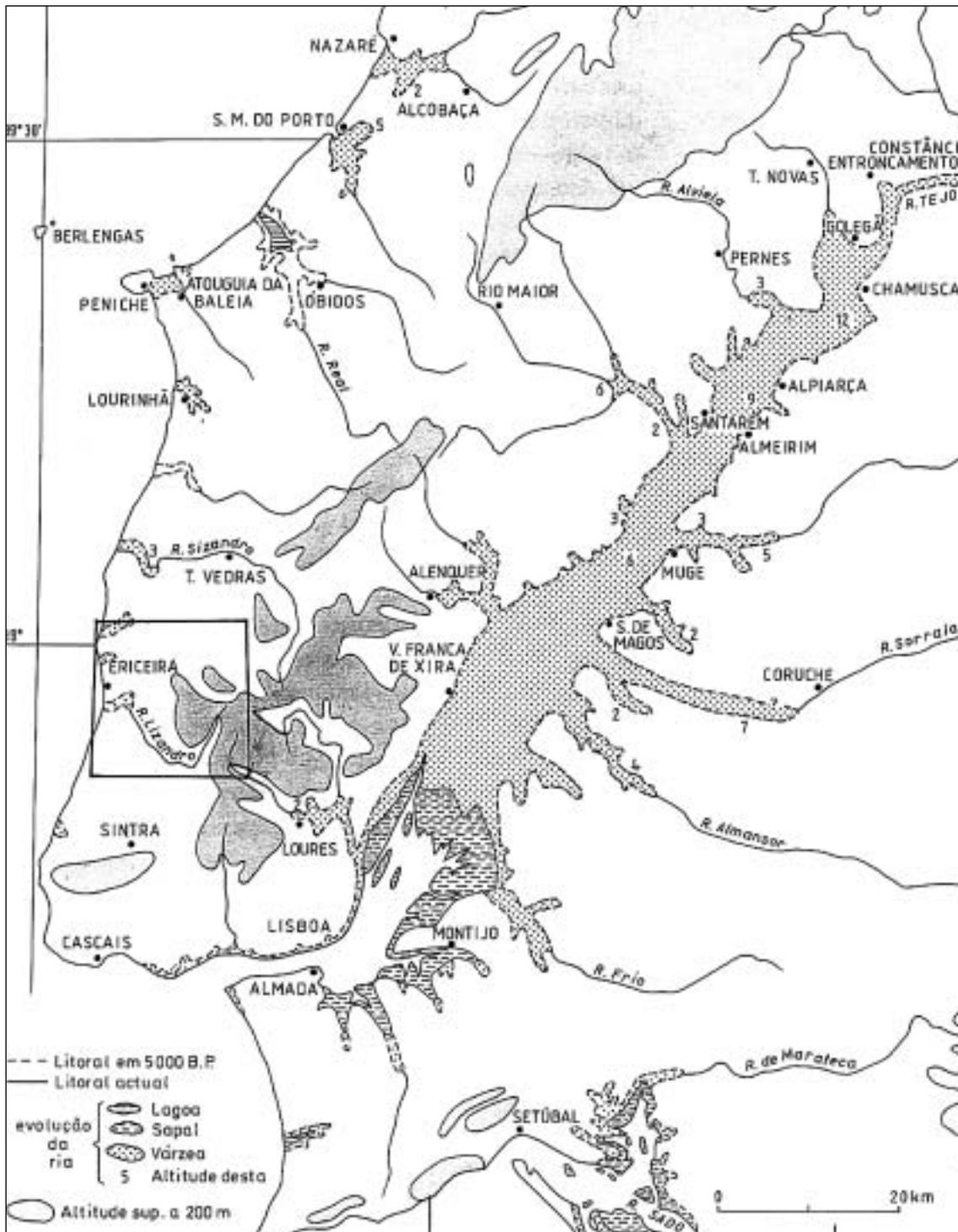


FIG. 4 – O litoral flandriano segundo Suzanne Daveau (1993) e a área em estudo.

(Dias, 1983) e paralelamente foram efectuados estudos de casos como da duna consolidada de Magoito (Daveau, Pereira e Zbyszewski, 1982) e da Ribeira do Falcão (Arnaud, 1986; Pereira e Correia, 1985).

Tanto em Magoito como em S. Julião (bem próximo da foz do rio Lisandro) se verifica uma mesma realidade: a presença de duas gerações de dunas consolidadas, separadas por um nível conquífero de origem antrópica. A existência de dunas antigas consolidadas nestes dois locais da plataforma litoral a norte de Sintra pode indiciar situações semelhantes noutros pontos da arriba litoral, nomeadamente junto à Ribeira de Colares e da Adraga.

Os dois contextos publicados representam um momento anterior ao objecto do presente trabalho, tendo sido obtidas datações absolutas que as colocam no Epipaleolítico

Com base na datação (absoluta e relativa) obtida para o concheiro de S. Julião foi proposta uma evolução da linha de costa muito movimentada, na altura da passagem das comunidades epipaleolíticas que acumularam restos malacológicos, o litoral oceânico seria bem mais recuado: 60 km a Norte de Lisboa (Arnaud, 1986, p. 11). Isto significaria que cada ano existiria um avanço do mar da ordem dos 117 m o que parece, de facto, muito. Não sendo pacífica esta interpretação (até porque em termos geomorfológicos são bem diferenciados os concheiros de S. Julião e do Magoito), para períodos mais recuados, também não se conhecem os contornos da transgressão flandriana no curso da ribeira de Cheleiros, embora pareça evidente por uma mera observação empírica que esta área registou importantes alterações no seu curso, relacionáveis com momentos pré e post flandrianos.

Segundo Suzanne Daveau “Cette basse vallée d’un petit fleuve côtier parait donc avoir enregistré et conservé de nombreux témoignages d’une evolution quaternaire rythmée à la fois par des oscillations du climat et du niveau marin. Elle montre en particulier de façon claire qu’une phase froide et probablement sèche assez recent a coïncidé avec un niveau marin plus bas que l’actuel et sugére aussi l’existence d’un ultime épisode de remblaiement fluvio-marin q’un est tenté de rapporter à l’optimum post-glacial du Flandrien” (1973, p. 40). A imagem do litoral flandriano publicada posteriormente (Daveau, 1980) parece indicar a existência de uma penetração interior do Atlântico, embora a escala seja demasiadamente ampla para permitir definir os limites da transgressão flandriana na Ribeira de Cheleiros, desde o rio Lisandro.

Já Estácio da Veiga registara a possibilidade deste curso de água ser navegável, de acordo com o primeiro foral de Mafra: “Estipulando-se em 1190 a portagem que deveria pagar cada peixe miúdo e a madeira que para a villa viesse, pollo rio, é claro que o chamado Rio do Porto era então navegável, não ousarei dizer até Chileiros, mas pelo menos até o sítio em que se acha a antiga igreja da Senhora do Ó, ou Senhora do Porto” (Veiga, 1879, p. 110).